

RELATÓRIO DE VIAGEM

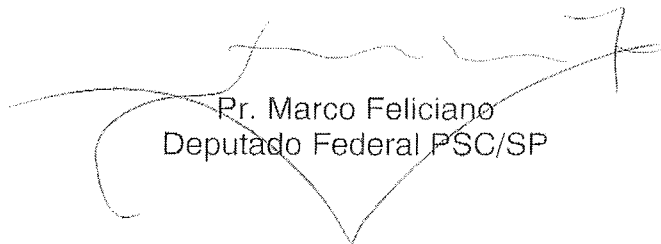
MISSÃO OFICIAL

Nome do Evento: 72ª sessão da ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

Local: Nova York / EUA

Período: 06 a 10 de novembro de 2017

Objetivo: Participar como observador de debates e reuniões



Pr. Marco Feliciano
Deputado Federal PSC/SP

SEGUNDA-FEIRA – 6 DE NOVEMBRO DE 2017

- Chegada em Nova York pela manhã no aeroporto John F Kennedy. Funcionários designados pelo escritório permanente da Missão Brasileira junto a ONU fizeram o transporte. Nesse trajeto houve o credenciamento dos parlamentares no setor pertinente e também a apresentação à sede da ONU.

***Sendo as Comissões:**

- Primeira Comissão – Desarmamento e Segurança Internacional;
- Segunda Comissão – Economia e Finanças;
- Terceira Comissão – Social Humanitária e Cultural;
- Quarta Comissão – Políticas Especiais e Descolonização;
- Quinta Comissão – Administrativa e Orçamentária, e
- Sexta Comissão – Jurídica.

TERÇA-FEIRA – 7 DE NOVEMBRO DE 2017

- Dia de observação na ONU em suas diversas comissões, apresentadas de acordo com temas e regiões, assim como às comissões. Assim desenvolvidos os trabalhos:

- * Segunda Comissão: Propostas de ações;
- * Terceira Comissão: Propostas de ações;
- * Quarta Comissão: Relatório da Comissão especial para investigar práticas Israelenses que afetam os direitos humanos do povo palestino e árabes no Oriente Próximo;
- * Quinta Comissão: Programa Orçamentário do biênio 2018-2019;

QUARTA-FEIRA – 08 DE NOVEMBRO DE 2017

* Segunda Comissão: Propostas de ações;

* Quarta Comissão: Relatório da Comissão especial para investigar práticas Israelenses que afetam os direitos humanos do povo palestino e árabes no Oriente Próximo;

* Quinta Comissão: Programa Orçamentário do biênio 2018-2019;

QUINTA-FEIRA – DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2017

***Sessão Plenária – Eleição dos membros do Tribunal Internacional de Justiça;**

* Segunda Comissão: Propostas de ações;

* Terceira Comissão: Propostas de ações;

* Quarta Comissão: Relatório da Comissão especial para investigar práticas Israelenses que afetam os direitos humanos do povo palestino e árabes no Oriente Próximo;

* Quinta Comissão: Programa Orçamentário do biênio 2018-2019;

* Retorno ao Brasil – JFK - 22h50min

SEXTA-FEIRA – DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2017

*GRU – SÃO PAULO – 11h25min

Conselho de Segurança das Nações Unidas
Mecanismo de Investigação Conjunta - Dossiê Químico da Síria
"Briefing" de 7/11/2017

O Conselho de Segurança manteve "briefing" em 07 de novembro para debater os resultados do sétimo relatório do Mecanismo de Investigação Conjunta ONU-OPAQ para a atribuição de responsabilidade pelo uso de armas químicas e substâncias tóxicas na Síria (JIM). Participaram da reunião a Alta Representante das Nações Unidas para o Desarmamento, Izumi Nakamitsu, e o Chefe do JIM, Edmond Mulet.

Edmond Mulet apresentou os resultados do sétimo relatório do JIM. Esclareceu que o JIM se valeu, para suas conclusões, da análise de centenas de fotos, vídeos e áudios, bem como relatos de mais de 30 testemunhas. Esses elementos, de acordo com Mulet, teriam permitido aos investigadores do JIM atribuir, com segurança, a responsabilidade pelo ataque com gás sarin na província de Khan Sheyroun a Damasco, mesmo sem uma visita de peritos ao local do incidente.

Os EUA elogiaram o profissionalismo do JIM e afirmaram que o resultado do relatório coincide com análise feita com base em material de inteligência norte-americano. Destacaram que a situação na Síria demanda resposta urgente do Conselho. Nesse sentido, fez apelo à delegação russa para que apoiem projeto de resolução norte-americano estendendo o mandato do Mecanismo por pelo menos mais um ano. França e Reino Unido, em linha semelhante, enfatizaram a importância de renovar o mandato do Mecanismo. O RP britânico acusou a Rússia de proteger o "regime" sírio para defender seus interesses na região. A delegação chinesa, por sua vez, criticou o uso de armas químicas e destacou que a única solução para o conflito na Síria reside no campo político.

A Rússia ressaltou sua veemente condenação de qualquer uso de armamentos químicos, mas declarou-se "perplexa" com a seletividade do relatório preparado pelo JIM. Criticou a metodologia de trabalho, sobretudo a ausência de visitas aos locais dos ataques, a coleta de amostras em terceiros países e a utilização de relatos de testemunhas como principal prova para embasar suas conclusões. Afirmou que a maior parte do trabalho foi feita de maneira remota, resultando em um relatório "mediocre e sem base científica". Criticou, ademais, a composição geográfica do Mecanismo, formado em sua maioria por membros originários de países envolvidos no conflito e com postura crítica em relação a Damasco. Afirmou que sua delegação permanecia empenhada em renovar o mandato do JIM, mas alegou que seriam necessárias alterações estruturais para aumentar sua eficiência e a credibilidade de futuros relatórios. Disse esperar que o Conselho analise objetivamente o projeto de resolução russo, sem politizá-lo.

Reforma do Conselho de Segurança

Debate da 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Reunião plenária de 7/11/2017

Em 1945, quando foi criada, a ONU tinha 51 membros, dos quais 11 compunham o Conselho de Segurança (CSNU). Apesar das importantes transformações pelas quais o mundo desde então passou, a estrutura do CSNU foi alterada apenas uma vez: em 1965, com o aumento de assentos não-permanentes de seis para dez.

Regiões como a África e a América Latina seguem excluídas da participação permanente nesse centro decisório. Uma estrutura de governança desatualizada compromete sua legitimidade – e, com isso, sua eficácia.

O mundo não pode prescindir de um Conselho de Segurança capaz de lidar com as graves ameaças à paz. O órgão deveria refletir a emergência de novos atores, em particular do mundo em desenvolvimento, que podem contribuir para a superação dos desafios da agenda internacional. Nesse contexto, o Brasil vem advogando por assento permanente no órgão há 30 anos.

A reforma do Conselho de Segurança está formalmente na agenda da Assembleia Geral da ONU desde 1992, com a adoção da resolução 47/62. Desde 2008, o tema é debatido, no âmbito da ONU, principalmente nas negociações intergovernamentais (IGN) sobre representação equitativa e aumento do número de membros no CSNU. Embora, nos últimos três anos, essas negociações tenham logrado produzir compilações das posições nacionais sobre os principais aspectos da reforma do CSNU e identificar convergências, mais avanços são necessários.

Além das IGN, o tema, como outros que estão na agenda da Assembleia Geral, é objeto de um debate em sua Plenária a cada sessão. O debate da 72ª sessão ocorreu em 07 e 08/11. Mais de 60 delegações intervieram para manifestar suas posições sobre o assunto. O debate confirmou que a maciça maioria dos países (164) defende o início de negociações de um projeto de resolução sobre o tema. O Brasil, junto com seus parceiros no G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e em outros grupamentos relevantes, tem-se mobilizado para que esse processo tenha início com a brevidade possível.

G-4

Em setembro de 2004, os Chefes de Estado/Governo de Brasil, Alemanha, Índia e Japão constituíram o grupo denominado G-4 para coordenar sua atuação e promover a reforma do Conselho de Segurança. Como premissa básica, o grupo defende a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas, com vistas a melhor refletir a atual realidade geopolítica. Com base no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apoiam seus respectivos pleitos de forma recíproca.



